

# CENTRO DE RECURSOS ELEITORAIS DO EISA



Uma publicação semanal sobre o processo eleitoral de 2019 em Moçambique

## Da anatomia do recenseamento eleitoral

# Uma análise a partir da distribuição das brigadas de recenseamento eleitoral para as eleições de 2019 em Moçambique

Por Domingos M. do Rosário  
E-mail: [domingos@eisa.org.za](mailto:domingos@eisa.org.za)

**“Para os territórios com uma tendência de voto para a oposição, a alocação de menos brigadas vai também exercer um efeito perverso durante a fase da votação, na medida em que a dispersão das assembleias de votação pode reduzir a capacidade de fiscalização dos partidos políticos e de monitoria das organizações da sociedade civil, o que, em última instância, representa uma “via aberta” para a prática da fraude e de outros ilícitos eleitorais...”**

**“Portanto, o interesse político de burocratas locais há-de ter determinado o processo de distribuição das brigadas. Como se pode ver, a distribuição das brigadas prejudica as províncias de Nampula, Zambézia e Manica e favorece as províncias de Maputo, Gaza e Tete”**

Estudos desenvolvidos sobre o recenseamento eleitoral têm privilegiado a transparência do registo eleitoral<sup>1</sup>, a influência do calendário eleitoral na organização do escrutínio<sup>2</sup>, a discussão em torno de questões técnicas e organizacionais do recenseamento eleitoral<sup>3</sup>, mas negligenciam uma das suas principais componentes: a distribuição das brigadas de recenseamento eleitoral nos círculos eleitorais.

Com efeito, as brigadas de recenseamento eleitoral são importantes, uma vez ser através delas que se recolhem os dados dos

cidadãos com capacidade eleitoral activa, para efeitos de constituição das listas/cadernos eleitorais. A atribuição e distribuição das brigadas/postos de registo eleitoral pelos círculos eleitorais em Moçambique é um factor crítico para a credibilidade do processo eleitoral, e seu estudo é ainda mais pertinente, mormente pelo facto de 2019 ser o ano da realização não só das Eleições Gerais (Legislativas e Presidenciais), mas também da escolha directa pelos cidadãos dos governadores provinciais<sup>4</sup>.

A presente análise baseia-se na comparação dos dados publicados pelo STAE sobre a distribuição das brigadas/postos de recenseamento eleitoral para as eleições de 2014 e 2019<sup>5</sup> e circunscreve-se apenas às brigadas que operam em território nacional. Esta análise argumenta que a distribuição e o crescimento das brigadas em alguns círculos eleitorais e, dentro destes, em alguns distritos, nomeadamente Maputo, Gaza, Manica, Tete, Zambézia e Nampula não seguiu nenhum critério, seja geográfico, seja demográfico, mas seguiu um critério político-partidário. Quer dizer, quanto maior for o domínio do partido no poder/governo nesses círculos eleitorais, mais brigadas de recenseamento foram colocadas, obviamente para facilitar o registo de eleitores; e quanto maior for o domínio dos partidos da oposição nessas províncias e distritos, o aumento foi marginal e/ou houve redução de modo a impedir o registo de eleitores<sup>6</sup>.

Para o recenseamento eleitoral de 2019, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE-Central) compilou<sup>7</sup>, homologou e divulgou o número e a localização definitivas das brigadas/postos de recenseamento em cada um dos 11 círculos

1 Luís de Brito, “Nota sobre o recenseamento eleitoral”, *Ideias*, nº2, 29 de Setembro de 2008, p.2.

2 Domingos M. do Rosário, “Uma reflexão sobre o calendário e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013”, *Ideias*, nº50, 15 de Julho de 2013, p.2.

3 Egídio Chaimite, “Recenseamento eleitoral em Moçambique: um processo sinuoso”, *Ideias*, nº 84, 14 de Abril de 2016, p. 2.

4 A Lei nº 1/2018, de 12 de Junho. Lei da revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique, deu lugar, no âmbito das negociações entre a Frelimo e a Renamo, a submissão da proposta de Lei de Organização e Funcionamento do Órgão Executivo de Governação Descentralizada provincial actualmente em debate.

5 Miguel de Brito, *Brief comparison between the number of voter registration centres between 2014 and 2019 by district and province*, International IDEA, Maputo, 2019.

6 Catherine Boone, *Political topographies of the African states: Territory authority and institutional choice*, Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

7 O STAE central em Maputo recebe e confirma a proposta feita pelos STAE’s provinciais, não só os locais onde as brigadas/postos devem funcionar. A proposta dos STAE’s provinciais besaia -se nos locais onde as brigadas funcionaram no processo eleitoral precedente. Fazem também uma proposta do aumento de brigadas.

eleitorais, incluindo no estrangeiro. Esta actividade foi feita em parceria com os STAEs provinciais, com base nas previsões do crescimento populacional fornecidas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>8</sup>. Todos os cidadãos nacionais com capacidade eleitoral activa e residentes no território nacional e no estrangeiro devem se inscrever nos postos/brigadas de recenseamento eleitoral mais próximos da sua residência habitual.

É nesses locais onde funcionam as brigadas/postos de recenseamento eleitoral onde são instaladas, posteriormente e em apropriado momento do calendário eleitoral, as mesas de assembleia de voto<sup>9</sup> para a fase da votação. No total, foram criadas, para as eleições deste ano, 7.737 brigadas fixas e móveis<sup>10</sup> de recenseamento eleitoral<sup>11</sup>, um aumento de 15,5% em relação às brigadas/postos instalados para o recenseamento eleitoral de 2014 (6.697).

Se a priori este crescimento global de 15,5% de brigadas/postos justifica-se em função do crescimento da população durante os últimos 5 anos, uma análise mais detalhada e circunstanciada das percentagens de aumento de brigadas em cada círculo eleitoral revela achar-se presente uma grande disparidade não só entre as diferentes provinciais, mas também entre os distritos dentro das províncias.

Num sistema neopatrimonial<sup>12</sup>, de instituições políticas e eleitorais frágeis<sup>13</sup> altamente dependentes de partidos políticos<sup>14</sup>,

este foi o mecanismo encontrado pelo STAE para registar mais eleitores em regiões sobre forte domínio do partido que controla o Estado, em detrimento das regiões sob controlo da oposição, o que tem contribuído, significativamente, para a manipulação do recenseamento eleitoral de 2019. Em termos práticos, e dependendo da extensão do território e dispersão geográfica dos eleitores, quanto mais brigadas/postos forem instaladas num determinado círculo eleitoral, maior é a probabilidade de se registar maior número de eleitores; e quanto menor é o número de brigadas/postos de recenseamento forem instalados, menor é a probabilidade de se registar mais eleitores. Consequentemente, num sistema de representação proporcional, como é o caso de Moçambique, o número de mandatos depende do número de cidadãos recenseados, na medida em que quanto maior for o número de eleitores recenseados em cada círculo eleitoral, maior é o número de mandatos.

Para os territórios com uma tendência de voto para a oposição, a alocação de menos brigadas vai também exercer um efeito perverso durante a fase da votação, na medida em que a dispersão das assembleias de votação pode reduzir a capacidade de fiscalização dos partidos políticos e de monitoria das organizações da sociedade civil, o que, em última instância, representa uma “via aberta” para a prática da fraude e de outros ilícitos eleitorais, como aliás aconteceu nas eleições de 2014<sup>15</sup>.

**Tabela de Brigadas/postos e registo de eleitores durante 2009/2014/2019**

Províncias	Brigadas de 2014	Brigadas de 2019	Aumento brigadas de 2014/19	Registo eleitoral 2014	Registo eleitoral de 2018	Previsão eleitores 2019	Rácio eleitores/ Brigada 2019
Niassa	614	665	51 (8,3%)	571,276	195,459	476,502	716
C.Delgado	694	744	50 (7,2%)	913,408	253,217	644021	865
Nampula	913	1065	152 (16,6%)	1,948,533	665,194	1702140	1598
Zambézia	1058	1144	86 (8,1%)	1,653,996	316,996	1144640	1001
Tete	905	1001	96 (10,6%)	885,111	201,028	785444	784
Manica	397	433	36 (9,06%)	681,595	263,573	452402	1044
Sofala	342	425	83 (24,3%)	904,626	391,310	521950	1228
Inhambane	608	696	88 (14,5%)	570,349	167,974	478026	686
Gaza	541	726	185 (34,2%)	530,812	234,788	575055	792
Map.Prov	442	646	204 (46,2%)	718,905	605,127	440900	682
Cid. Map.	183	192	9 (4,9%)	688,712	616,076	120655	628
<b>Total</b>	<b>6697</b>	<b>7737</b>	<b>1040 (15,2%)</b>	<b>10 067 323</b>	<b>3.910.712</b>	<b>7.341.736</b>	

Fonte: dados compilados pelo autor a partir de STAE, 2009; STAE 2014; STAE 2018.

- 8 INE, *Projeções do crescimento da população de Moçambique com base no censo populacional de 2007*, Maputo: INE, 2009. Na ausência de um registo eleitoral permanente, as estatísticas populacionais continuam sendo a única fonte de dados sobre a população. No entanto, a confiabilidade desses dados é também duvidosa. No contexto do partido/Estado existe uma “fabricação” das projecções de crescimento populacional. Como se pode ver a partir dos dados do recenseamento eleitoral de 2014. O STAE tinha previsto, com base nos dados do INE recensear 12.203.727 eleitores, contudo só recenseou 10.067.323. Para mais detalhes vide: CNE, *Resolução n.º 2/CNE/2015: Atinente ao relatório final do processo eleitoral de 15 de Outubro de 2014*, Maputo, CNE, 2014.
- 9 Artigo 11 da Lei, 8/2014 de 12 de Março.
- 10 As brigadas móveis são criadas em condições de dispersão geográfica dos eleitores e de outras circunstâncias especiais que as justificam, e devem ter uma cobertura de aproximadamente 5 quilómetros.
- 11 STAE/GCIRP, *Relação de postos e brigadas para o recenseamento eleitoral de 2019*, Maputo: STAE, 2019.
- 12 Médard J.-F., « L'État néo-patrimonial en Afrique noire », dans MÉDARD J.-F., (dir.), *États d'Afrique Noire : Formations, mécanismes et crises*, Paris, Karthala, 1991.
- 13 Migdal, J., *Strong societies and weak states. State-society relations and state capabilities in the Third World*, Princeton: Princeton University press, 1988.; Zartman, W., *Collapsed States. The disintegration and restoration of legitimate authority*, Colorado: Lynne Rienner Publisher, 1995.
- 14 Os STAE's ao nível provincial são maioritariamente constituídas por antigos quadros seniores locais da Frelimo, com fortes ligações ao Aparelho do Estado, (antigos directores provinciais, antigos administradores distritais, etc.) e cuja autonomia de acção em momentos eleitorais não leva a desconfiar que exercem um inquestionável “poder paralelo”, sobre a influencia da Frelimo no Estado vide: Sumich, J. and Honwana, J., “Strong Party, Weak State? Frelimo and State Survival through the Mozambican Civil War: An Analytical Narrative on State-Making”, *Working Paper*, 23, Londres: London School of Economics, Crisis States Research Centre, 2007.
- 15 Observatório Eleitoral, *Relatório da Observação do processo eleitoral: Eleições Gerais e das Assembleias provinciais de 2014. (recenseamento, campanha, gestão de conflitos, votação e contagem de apuramentos parciais)*, Maputo, Novembro de 2014.

Como referido acima, esta análise vai basear-se na comparação da distribuição das brigadas em seis províncias: três com voto historicamente favorável à Renamo (Zambézia, Nampula e Manica) e igual número (três) com voto historicamente favorável à Frelimo, partido no poder (Tete, Gaza e Maputo Província) durante o recenseamento eleitoral de 2014 e 2019. Para a substanciação do argumento, serão analisados três aspectos, nomeadamente: (a) aumento do número de brigadas; (b) rácio brigadas/postos versus número da população a registar em 2019; e (c) esforço diário das brigadas por província;

- a) **Aumento do número de brigadas:** duas províncias do sul – Maputo província (46,2%) e Gaza (34,2%) – eleitoralmente dominadas pela Frelimo destacam-se pelo aumento muito acima da média de brigadas/postos de recenseamento eleitoral; quatro provinciais, sendo duas do extremo norte politicamente dominadas pela Frelimo, nomeadamente Niassa (8,3%) e Cabo Delgado (7,2%); uma do centro dominada politicamente pela Renamo (Zambézia, com 8,1%) e finalmente uma do sul dominada politicamente pela Frelimo (Maputo Cidade, com 4,9%) destacam-se por nelas se ter registado um aumento muito abaixo de brigadas em relação à média. Se as outras províncias com um aumento muito acima da média e aquelas com um aumento muito baixo serão objecto de uma análise mais detalhada, o mesmo não se explica em relação à Maputo cidade. Maputo cidade é totalmente municipalizada, pelo que o recenseamento eleitoral em curso desde 15 de Abril, terminando a 30 de Maio, não passa de um processo puro de actualização eleitoral e possui condições infraestruturais adequadas, o que, a priori, justifica este fraco aumento do número de brigadas. Enquanto na região sul apenas em um distrito, nomeadamente Chicualacuala, em Gaza, o número de brigadas reduziu (-17,1), na região centro 10 distritos, nomeadamente quatro na Zambézia: Nicoadala (-2,08%); Pebane (-5,3%); Milange (-16,9%) e Morrumbala (-29,3%); três em Manica: Mossurize (-5,13%), Manica (-16,6%) e Gondola (-46,05%); um em Sofala: Chibabava (-4,7%); e dois em Tete: Mutarara (-31,9%) e Changara (-36,5%); e na região Norte oito, designadamente: dois em Nampula: Moma (-13,8%) e Mongicual (-31,03%); dois em Cabo Delgado: Pemba (-4,3%) e Pemba Metuge (-13,8%) e quatro no Niassa: Sanga (-4,7%); Muembe (-8,7%), Majune (-20%) e Chimbonila (-43,9%). Em 12 destes distritos, nomeadamente quatro do Norte e oito do centro, a Renamo teve maiorias absolutas<sup>16</sup>.
- b) **Rácio brigadas/postos versus número da população a registar em 2019:**
- (i) O círculo eleitoral de Gaza beneficiou de um aumento de 34,2% de brigadas de recenseamento eleitoral, designadamente para registar um total de 575.055 eleitores, o que correspondente à metade da população que deve ser registada pelo círculo eleitoral da Zambézia (1.144.640 eleitores). Contudo, Zambézia teve um aumento de apenas 8,1% de brigadas. Enquanto os novos distritos de Molumbo (53,8%) e Mulevala (66,6%) conheceram um aumento 7 vezes acima da média, os distritos de Milange (-16,9) e Murrumbala (-29,3%) registaram uma redução em rela-

ção às brigadas que operaram nesta província em 2014.

- (ii) O círculo eleitoral da província de Maputo teve um aumento de 46,2% de brigadas. nomeadamente para recensear 440.900 eleitores. Este número de eleitores é materialmente igual ao do círculo eleitoral de Manica (452.402 eleitores). Contudo, Manica beneficiou apenas de um aumento de 9,6% de brigadas. O caso mais interessante do aumento desproporcional de postos/brigadas na província de Maputo regista-se na cidade da Matola (87,8%)<sup>17</sup>. Matola tem as mesmas características que Maputo-cidade; quer dizer, para além de ser um processo puro de actualização de recenseamento eleitoral, possui infraestruturas adequadas, o que, a priori, facilita o registo de eleitores, não necessitando, para este caso, de um grande aumento. O que é que explica, então, que a província de Maputo, que vai registar os mesmos eleitores de Manica, tenha beneficiado de um aumento de 6 vezes mais brigadas de registo eleitoral?
- (iii) A província de Tete teve um aumento de 10,6% de brigadas de recenseamento eleitoral, designadamente para recensear 785.444 eleitores. Este número é metade dos eleitores que Nampula deve recensear (1.702.140). Contudo, o círculo eleitoral de Nampula teve apenas um aumento de brigadas em 16,6%, muito próximo da média. Nampula tem uma superfície territorial quatro vezes maior que Tete e uma projecção em termos de crescimento populacional duas vezes maior que a de Tete!
- c) **Esforço diário das brigadas por província:** As províncias de Nampula, Zambézia, Manica e Sofala – por coincidência (ou não?) todas historicamente sob domínio da oposição e todas elas afectadas não só pelas inundações, mas também pelos ciclones IDAI e Keneth – seriam obrigadas, de acordo com a tabela acima, a fazer, em média, antes dos ciclones<sup>18</sup>, um esforço duas vezes maior em relação às outras províncias, como Gaza, Maputo-província e Tete para atingir as metas previstas para o registo eleitoral de 2019. Em parte, isto é o que explica a rápida subida do número de eleitores registados durante a segunda semana em Gaza em relação à província da Zambézia<sup>19</sup>. Dados divulgados pelo STAE, três semanas depois do início do registo eleitoral, mostram bem esta tendência. As províncias de Gaza (55%) e Cabo Delgado (47%), quais berços das elites militar e política da Frelimo, registaram eleitores muito acima da média nacional, enquanto que as províncias da Zambézia (35%), de Nampula (33%) e de Sofala (26%), círculos eleitorais onde a oposição é forte, estão abaixo da média<sup>20</sup>.

Como se pode ver com base nos aspectos acima colocados, o critério de crescimento da população e o tamanho dos círculos eleitorais – que deviam, em princípio e em bom rigor, ser usados para o aumento do número das brigadas/postos de recenseamento eleitoral – não foi respeitado. Então, algumas questões devem ser colocadas aos Órgãos de Gestão Eleitoral (CNE e STAE), de entre as quais destacamos as seguintes:

- Quais foram os critérios usados?
- Qual é a explicação para esta grande disparidade na dis-

16 Conselho Constitucional, Acórdão n°21/CC/2014 de 29 de Dezembro. *Boletim da Republica*, 2º suplemento, 1ª série, n°40 de 30 de Dezembro de 2014.

17 Marracuene (68,4%), Boane (53,1%) e Manhica (52,4%) completam a lista. Uma possível explicação para estes aumentos relaciona-se com o facto de serem zonas de expansão da cidade e província de Maputo.

18 Depois dos ciclones, este esforço subiu claramente, uma vez que as infraestruturas escolares, estradas, escolas ( locais onde normalmente funcionam as brigadas de recenseamento eleitoral foram destruídas). 561 salas de aulas na Zambézia, 2600 salas na província de sofala e 100 salas de aulas na província de Manica.

19 "Será que em 3 dias foram inscritos 122mil eleitores em Gaza?", Boletim do Processo Político em Moçambique, n°19, 5 de Maio de 2019. In [https://cipeleicoes.org/wpcontent/uploads/2019/05/Eleicoes\\_Gerais\\_19\\_05-05-19.pdf](https://cipeleicoes.org/wpcontent/uploads/2019/05/Eleicoes_Gerais_19_05-05-19.pdf). Acessado no dia 7 de Maio de 2019.

20 STAE, Dados preliminares acumulados até 5 de Maio, Maputo: STAE, Maio de 2019.

tribuição das brigadas pelos diferentes círculos eleitorais?

- Se o critério respeitado é relativo ao crescimento da população e/ou fixação/dispersão da população, o que explica que um círculo eleitoral, como o da Zambézia, que é o segundo maior do país e de grande dispersão da população, tudo isso agravado pelas graves condições em termos de infraestrutura para o recenseamento eleitoral, tenha beneficiado do mesmo aumento que a província de Tete, cuja população a recensear representa apenas 1/2 da da província da Zambézia?
- Qual é o critério para a galopante subida de brigadas de recenseamento em Gaza e Maputo-província para os níveis da província de Nampula, que é o maior círculo eleitoral do país?

Existe, aqui, uma explicação de natureza política, relacionada, em primeiro lugar, com a fragilidade dos Órgãos de Administração eleitoral, que prestam, em primeiro lugar, contas aos partidos políticos, que lhes nomeiam ou garantem a sua “eternização”; em segundo lugar, ao ganhar eleições, aumenta a chance das lideranças da administração eleitoral perpetuarem suas posições ao nível local, com os benefícios que isso representa para a sua sobrevivência e reprodução de classe. Portanto, o interesse político de burocratas locais há-de ter determinado o processo de distribuição das brigadas. Como se pode ver, a distribuição das brigadas prejudica as províncias de Nampula, Zambézia e Manica e favorece as províncias de Maputo, Gaza e Tete.

Do acima exposto, três constatações relevantes podem ser asacadas:

- (i) Enquanto as províncias de Manica, Nampula e Zambézia são, historicamente, politicamente dominados pela oposição, as províncias de Maputo, Gaza e Tete são historicamente dominados pelo partido no poder. Portanto, a distribuição das brigadas foi para facilitar o registo de eleitores em zonas sobre forte influência da Frelimo e reduzir o número de eleitores nas regiões sob domínio da oposição<sup>21</sup> e, como consequência, reduzir o número de mandatos ao nível não só da Assembleia da República (AR), mas também ao nível das Assembleias Provinciais (Aps);
- (ii) É nas provinciais de Gaza e Tete que durante as eleições de 2009<sup>22</sup> e 2014<sup>23</sup> onde enquanto a média de participação na maior parte dos distritos do país era de 40%, em distritos como Cahora Bassa, Changara, Zumbo e Marávia (em Tete) a média de participação estava acima de 80% e em pelo menos 2, Cahora Bassa e Changara

a Frelimo obteve mais de 80% dos votos. Como se pode ver a partir da distribuição das brigadas, os distritos de Zumbo e Marávia tiveram um aumento de brigada em 34%, ou seja, três vezes maior do que a média da província de Tete (10,61%). No sentido oposto, estão os distritos de Changara (-36,5) e Mutarara (-31,9%)<sup>24</sup> que sofreram uma redução de três vezes em relação à média da província. Em 2014, no distrito de Mutarara, a votação da Renamo (49,06%) foi quase o dobro da da Frelimo (27,64%)<sup>25</sup>. O mesmo se pode dizer em relação à província de Gaza, na qual, nas eleições de 2014, a votação nos distritos de Chicualacuala (89%), Chigubo (82%), Mabalane (80%), Massangena (96%) e Missingir (92%) foi superior a 80%. Os distritos de Massingir (48%), Mabalane (21%), Guijá (32%) e Xai-Xai (37,5%) tiveram um aumento muito significativo do número de brigadas. Não se compreende porquê é que, apesar de em maior parte do território de Xai-Xai se realizar a actualização do recenseamento, ao que se acresce o facto de existirem, por lá, infraestruturas que facilitam o registo eleitoral, aquela cidade tenha se beneficiado, mesmo assim, de um aumento de brigadas acima da média da província de Gaza (34,20%).

- (iii) O aumento de brigadas nestas duas províncias fronteiriças (Gaza e Tete) serve também para facilitar o registo eleitoral de estrangeiros provenientes do Zimbabwe<sup>26</sup>, Malawi e África do Sul, que posteriormente irão votar do lado moçambicano.

Bem vistas as coisas, a manipulação das eleições a partir da distribuição das brigadas de registo eleitoral não é algo novo em África. Louis-Marie Kakdeu<sup>27</sup>, analisando esta forma de manipulação eleitoral nos Camarões e na Guiné, mostra como é que este tipo de fraude é de natureza administrativa e institucional, e explica a propósito o que tal visa:

- (a) A extrapolação do número de possíveis eleitores a registar nos círculos eleitorais a favor da partido no governo e a redução de eleitores nos círculos eleitorais da oposição;
- (b) A redução do número de postos de recenseamento, e, por consequência, do número de mesas de voto durante a votação nos círculos eleitorais sob domínio da oposição, para reduzir o número de candidatos;
- (c) O aumento do número de brigadas de registo eleitoral nos círculos eleitorais dominados pelos partidos no poder, para facilitar o registo e voto de seus partidários, tem

21 « Renamo acusa governo e STAE de coligação para impedir recenseamento eleitoral abrangente », in [www.tps://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2019/04/renamo-acusa-governo-e-stae-de-coligacao-para-impedir-recenseamento-eleitoral-abrangente.ht](http://www.tps://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2019/04/renamo-acusa-governo-e-stae-de-coligacao-para-impedir-recenseamento-eleitoral-abrangente.ht). Acessado no dia 8 de Maio de 2019.

22 UE-MOE, *Relatório Final. Eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais de Outubro de 2009*, 2009, pg 15.

23 « Mais evidências de enchimento de urnas », Boletim do processo político em Moçambique, N 972 - 24 de Outubro de 2014. In <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/>

24 Miguel de Brito, *Brief comparison between the number of voter registration centres between 2014 and 2019 by district and province*, International IDEA, Maputo, 2019.

25 Conselho Constitucional, Acórdão n.º 21/CC/2014 de 29 de Dezembro. *Boletim da Republica*, 2º suplemento, 1ª série, n.º 40 de 30 de Dezembro de 2014.

26 « Zimbabweanos obtêm passaporte Moçambicano, via registo eleitoral », *Savana*, 18 abril 2014, p. 6.

27 Louis-Marie, Kakdeu « Fraudes Electorales en Afrique : techniques et pistes de solutions : Comment fraude-t-on les élections de nos jours en Afrique et comment peut-on s'en prémunir ? ». In <https://www.contrepoints.org/2014/12/05/190395-fraudes-electorales-en-afrique-techniques-et-pistes-de-solutions>. Acessado no dia 04 de Maio de 2019.

28 Idem.

29 « CNE altera resultados para dar vitória à Frelimo com 46 votos », Boletim do processo político em Moçambique, Número 81 - 29 de Novembro de 2018; DW, « Moçambique: Acusações de fraude na repetição das autárquicas em Marromeu ». In <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-acusa-%C3%A7%C3%B5es-de-fraude-na-repeti%C3%A7%C3%A3o-das-aut%C3%A1rquicas-em-marromeu/a-46429804>. Acessado no dia 9 de Maio de 2019; Macuablog, « Constitucional chancela falsificação de resultados a favor da Frelimo », [https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2018/12/constitucional-chancelafalsificacao-%C3%A7%C3%A3o-de-resultados-a-favor-da-frelimo.html#more](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2018/12/constitucional-chancelafalsificacao-%C3%A7%C3%A3o-de-resultados-a-favor-da-frelimo.html#more)

30 Anderson, S., & Harbridge, L. *Incrementalism in Appropriations: Small Aggregation, Big Changes*. Retrieved October 2, 2015.

31 Domingos M. Rosário, « Material inoperacional e Fraca comparência de eleitores aos postos. Alguns elementos para a compreensão das nuances do recenseamento eleitoral de 2019 em Moçambique, *Centro de Recursos Eleitorais do EISA*, n.º 1, 22 de Abril de 2019, pp.1-4. De acordo com observadores do ADS os círculos eleitorais da Zambézia, Sofala, Manica são os que tem registado mais avarias de mobiles. Vide ADS, « região centro com mais avarias técnicas: in <http://www.adsmoz.org/eleicoes/index.php/regiao-centro/54-regiao-centro-com-mais-avarias-tecnicas>. Acessado no dia 9 de Maio de 2019.



tido uma prática dominante nestes dois países<sup>28</sup>. Esta terá provavelmente sido a tática usada pelo STAE no

processo de distribuição das brigadas de recenseamento eleitoral nos diferentes círculos eleitorais em 2019.

### Conclusão

Dados disponíveis e usados nesta análise sugerem que, diferentemente do que aconteceu nas eleições municipais de 2018<sup>29</sup>, a manipulação eleitoral para as eleições de 2019 em Moçambique não vai acontecer de forma brusca durante a votação e no apuramento.

A manipulação organiza-se e prepara-se através de pequenos ajustes temporários<sup>30</sup> que iniciaram com o recenseamento

eleitoral, ora através da “manipulação na colocação de material obsoleto nas regiões sob forte domínio da oposição”<sup>31</sup>; ora através “do atraso no processo de credenciação das organizações da sociedade civil com o intuito de impedi-las de monitorar o processo de registo eleitoral”<sup>32</sup>; ora através do “*gerrymandering*”<sup>33</sup>; ora através da manipulação do processo de distribuição das brigadas de registo eleitoral nos diferentes círculos eleitorais em claro prejuízo aos círculos eleitorais historicamente favoráveis à oposição, como foi demonstrado neste texto.



32 Domingos M. Rosário, “Credenciação de Observadores nacionais para o recenseamento eleitoral de 2019. Mesmos actores, mesmos dilemas”, *Centro de Recursos Eleitorais do EISA*, nº 2, 28 de Abril de 2019, pp.4-7.

33 Zefanias Matsimbe, “Fortes sinais de manipulação intencional? Notas sobre *gerrymandering* no recenseamento eleitoral de 2019”, *Centro de Recursos Eleitorais do EISA*, nº 3, 06 de Maio de 2019, pp.1-3.

## Eleições Gerais sul africanas:

# Interpretação dos resultados e lições para Moçambique

Por Zefanias Matsimbe  
E-mail: [zefanias@eisa.org.za](mailto:zefanias@eisa.org.za)

**“...depois de uma campanha eleitoral violenta, com protestos e conflitos intra e inter-partidários, o dia de votação e todo o processo de contagem e transmissão de resultados foram, no geral, calmos e pacíficos. É preciso procurar saber o que ditou esta paz. Não restam dúvidas de que houve uma grande colaboração entre todos os stakeholders, com enfoque para as forças de segurança, que, duma forma imparcial, trabalharam a todos os níveis. A polícia nunca deve, pois, trabalhar em favor de um determinado partido, como tem acontecido em Moçambique”**

No passado dia 8 de Maio corrente, a África do Sul foi às urnas para eleger os 400 deputados para a Assembleia Nacional (AN) e membros das assembleias provinciais (AP) para as nove províncias do país, nomeadamente pela sexta vez desde a libertação do carismático Nelson Mandela. Diferentemente de Moçambique, na África do Sul não há eleição directa do Presidente da República: este é eleito pela Assembleia Nacional, de entre os 400 deputados. Geralmente, o presidente é eleito do partido com maioria parlamentar, sendo, comumente, seu líder e/ou cabeça de lista.

Um total de 48 partidos políticos estiveram na corrida para a AN. O número de partidos concorrentes para as AP varia de província em província, assim como o número de membros da AP, que varia de acordo com o tamanho da população de cada província, sendo a mais pequena AP composta por 30 e a maior por 90 membros.

Há alguma semelhança com Moçambique em relação a como os deputados da AN são eleitos: o uso do sistema proporcional de lista fechada, com as províncias formando os círculos eleitorais. O sistema eleitoral é também o mesmo para a eleição dos membros das assembleias provinciais. Portanto, na África do Sul cada eleitor recebe dois boletins de voto: um para a escolha do partido para a AN e outro para o partido para a AP.

Foram 17.671.616 de eleitores que se fizeram às urnas, dos 26.779.025 recenseados, o que correspondente a 65.99% de participação, representando uma descida, quando comparado com os níveis de participação (73.48%) nas eleições gerais de 2014<sup>1</sup>. Até às eleições de 2014, a África do Sul apresentava níveis altos de participação na região da SADC; por isso, esta descida deve constituir preocupação regional e um alerta a países como Moçambique, Malawi e Botswana para tudo fazerem para maior mobilização do eleitorado. Dentre estes países que irão às urnas antes do final de 2019, Moçambique está em melhor posição em relação às facilidades de, potencialmente, fazê-lo, uma vez que está na fase de recenseamento dos eleitores. Uma maior mobilização do eleitorado para se recensear, principalmente em zonas afectadas pelas calamidades naturais (ciclones, Idai e Kenneth, em particular), pode ser um passo significativo para o aumento dos níveis de participação.

## O que dizem os resultados eleitorais

Não há nenhuma surpresa significativa. O partido libertador, o Congresso Nacional Africano (ANC), recebeu 57.50 % do total dos votos, a nível nacional, o que lhe confere uma maioria parlamentar, com 230 deputados. Este resultado não é muito



Fonte: Daily Maverick  
(8 Maio 2019) –  
eleitores em fila para  
votar nas eleições de  
2019.

1 <https://www.elections.org.za/NPEDashboard/app/dashboard.html>



Fonte: Daily Maverick  
(8 Maio 2019) –  
imagem mostrando  
a aplicação da tinta  
indelével

celebrado entre os *comrades*<sup>2</sup>, porque revela o agudizar da descida de popularidade do seu partido, descida essa que começou nas eleições de 2009 quando o ANC baixou dos 69.69% que tivera nas eleições de 2004, para 65.90%. Nas eleições de 2014 a sua popularidade nas urnas veio a baixar ainda mais, nomeadamente para 62.15%.

Existem várias possíveis explicações para a descida de popularidade deste partido histórico, desde os conflitos internos que dividem os membros próximos do antigo presidente Jacob Zuma dos do presidente Cyril Ramaphosa, muito facilmente visíveis mesmo no Congresso de 2017, quando Ramaphosa derrotou Nkosazana Zuma e ficou com a presidência do ANC. Segundo, a percepção de que o ANC, na pessoa de Zuma, abriu espaço para a captura do Estado, associados às denúncias de corrupção de alto nível, certamente terá contribuído de alguma forma. Terceiro, há também uma visível frustração dentre os apoiantes tradicionais do ANC, os mais desfavorecidos, que acham que o ANC se esqueceu deles. A campanha eleitoral para estas eleições foi caracterizada por múltiplas manifestações populares de rua, exigindo melhoria da prestação dos serviços públicos.

Certamente que o ANC estava ciente de que a colheita eleitoral de 2019 não seria das abundantes, a olhar para os resultados obtidos nas autárquicas de 2016, onde chegou a perder o controlo de grandes cidades metropolitanas como Joaneburgo, Tswane (Pretória) e Nelson Mandela Bay. Se o ANC fez uma

reflexão e operou alguma mudança para corrigir a percepção negativa depois das eleições locais, então não foi suficiente para recuperar a sua imagem eleitoral.

O descontentamento dos membros do ANC com o desempenho do Governo do ANC terá também contribuído para a subida da abstenção. Em teoria, eleitores insatisfeitos com o desempenho do governo tendem a punir o partido governante votando para partidos da oposição<sup>3</sup>. Mas um estudo feito na África do Sul mostra que os apoiantes do ANC preferem mostrar sua insatisfação ficando em casa, do que dar o seu voto a outros partidos<sup>4</sup>.

Os conflitos internos no partido da Aliança Democrática (DA), que culminaram, de resto, com a saída de Patricia de Lille, quadro sénior do partido e antiga Presidente do Município da Cidade do Cabo entre 2011 e 2018, terão afectado negativamente o desempenho eleitoral do DA, a nível nacional. Um membro sénior do DA, Solly Msimanga, antigo Presidente do Município de Tswane, reconheceu que a maneira como o DA lidou com a 'Questão De Lille' terá penalizado o partido nas urnas<sup>5</sup>. De Lille formou um novo partido, o Good, um dos *debutantes*, mas que conseguiu assegurar dois assentos na AN. DA desceu dos 22.23% conquistados nas eleições de 2014 para 20.77%. A olhar-se para os números e para as características dos partidos, o mais provável é que os cerca de 1.5% de eleitores que o DA perdeu se tenham distribuído entre o Partido Good e o VF -PLUS. Este último é um dos partidos que pode cantar vitória,

2 Camaradas (Português)

3 Matsimbe, Z.A. (2017). Voting behaviour in Mozambique: a case study of Maxixe District (Doctoral dissertation, University of Pretoria).

4 Schoeman, M. and Puttergill, C., 2007. Voting behaviour in the SA local government elections of 2006 with specific reference to the youth. *Journal of African Elections*, 6 (1), pp.152-173



ao ter conseguido uma subida dos 0.9% em 2014 para 2.38%.

O partido de Julius Malema, o Economic Freedom Fighters<sup>6</sup> (EFF), foi o terceiro mais votado. EFF conseguiu a mais alta subida de todos os partidos, dos 6.35% de 2014 para 10.79%. Contudo, a expectativa que se havia levantado sobre o desempenho do EFF faz com que este resultado não seja euforicamente celebrado. Em campanha eleitoral, com recurso ao uso agressivo dos media sociais, o EFF fez passar aos cidadãos sul-africanos a mensagem de que era desta vez que destronava o histórico ANC.

A questão da expropriação da terra e sua devolução aos seus “legítimos proprietários”, os negros, para corrigir os erros históricos, foi sempre o pendão discursivo do EFF. Contudo, um pouco mais de um ano antes das eleições, o ANC afogou o protagonismo do EFF, mormente quando puxou para si, a nível do parlamento, o debate sobre a questão da necessidade da correcção dos erros do passado, com a devolução da terra. Esta viragem do ANC terá, sobremaneira, influenciado os resultados do EFF.

O partido de Mangosuthu Buthelezi, o Inkatha Freedom Party (IFP), também conheceu uma ligeira subida de cerca de um por cento (de 2.40% em 2014 para 3.38% em 2019). Este é um partido predominantemente regional, de KwaZulu Natal, terra natal do presidente Zuma. Curiosamente, nesta província o IFP evoluiu dos 10.86% para 16.34 % e o ANC regrediu cerca de 10%, dos 64.52% para 54.22%. O mais provável é que alguns membros do ANC, a nível de KwaZulu Natal, que não tenham gostado da forma como os *dossiers* Zuma, Nkandla e Guptas foram tratados, tenham preferido apoiar o IFP.

### Lições para Moçambique

Nenhuma democracia terá jamais uma eleição perfeita. O processo eleitoral ora terminado no país vizinho também teve alguns desafios, desde acusações de fraca qualidade da tinta

indelével, um elemento importante para a garantia da integridade do processo, o que resultou em tentativas de múltipla votação. Há evidências de que algumas urnas foram encontradas em lugares indevidos. Algumas assembleias de voto abriram tarde e poucas não abriram, em resultado de bloqueio pelos protestantes. Por causa destes e outros problemas, um número significativo de pequenos partidos juntou a sua voz para exigir a anulação total do escrutínio, enquanto outros pediam a realização de uma auditoria aos resultados. No entanto, o nosso enfoque aqui é para o que correu bem e que pode servir de lição para Moçambique.

A primeira lição a copiar é a estratégia usada pela comissão eleitoral (IEC) para mobilizar os jovens. Apesar da subida dos níveis de abstenção a nível nacional, e embora não haja ainda dados desagregados por idade, existe a percepção de que a estratégia do IEC e dos partidos para a mobilização de eleitores que iriam votar pela primeira vez e os jovens nascidos depois do fim da era do apartheid (os *born free*) foi um sucesso. A campanha de educação cívica lançada em Janeiro, o X SÊ, foi muito bem elaborada e abrangente. Há muito a aprender deste sucesso, assumindo que os abstencionistas são a camada jovem.

Segundo, uma experiência que mostra resultados positivos na prevenção e gestão de conflitos é a existência do Party Liaison Committee<sup>7</sup> (PLC). O PLC junta todos os partidos políticos a todos os níveis. Se um conflito eclidir a nível do distrito, o PLC reúne-se e em conjunto com o IEC a esse nível delibera e resolve o conflito. O mesmo acontece a nível provincial e nacional. Os encontros regulares para discussão de várias questões e partilha de informação, funcionam como elemento importante na prevenção de conflitos. A CNE tem efeito esforço importante para realizar encontros regulares com as partes interessadas, mas a existência deste órgão seria uma mais valia para a credibilidade dos processos eleitorais. Pode-se perceber que o modelo já existe em Moçambique, uma vez que os órgãos de gestão eleitoral são compostos de membros de partidos, mas a exclusão de partidos extraparlamentares e os mecanismos de funcionamento são diferentes.



5 <https://ewn.co.za/2019/05/10/msimanga-how-we-dealt-with-de-lille-had-a-negative-impact-on-campaign>

6 Combatentes para a Liberdade Económica

7 Uma comissão que junta representantes de todos os partidos.



Terceiro, a África do Sul registou apenas 235;472 votos nulos, cerca de 1,3% do total dos votantes. Este não é resultado do acaso. O boletim para a eleição da AP tinha 48 partidos, uns com nomes, cores e símbolos próximos dos outros. Para além dos níveis satisfatórios de educação do eleitorado sul-africano, há que reconhecer o papel do IEC e dos partidos políticos na educação do seu eleitorado, um exemplo a seguir.

Quarto, depois de uma campanha eleitoral violenta, com protestos e conflitos intra e inter-partidários, o dia de votação e todo o processo de contagem e transmissão de resultados foram, no geral, calmos e pacíficos. É preciso procurar saber o que ditou esta paz. Não restam dúvidas de que houve uma grande colaboração entre todos os *stakeholders*, com enfoque para as forças de segurança, que, numa forma imparcial, trabalharam a todos os níveis. A polícia nunca deve, pois, trabalhar em favor de um determinado partido, como tem acontecido em Moçambique.

Quinto, há que reconhecer a celeridade na transmissão dos resultados. As urnas abrem das 7horas da manhã até às 21horas, e a contagem começa imediatamente. Até à meia noite do dia de votação os resultados já começavam a chegar ao centro de operações nacional (ROC<sup>8</sup>) depois de ter passado pelos ROC

provinciais. Isto permitiu que os resultados fossem anunciados três dias depois da votação. No modelo moçambicano os resultados estariam ainda a ser agregados a nível do distrito. Em África, é a demora que leva, em grande medida, à eclosão de violência eleitoral, porque os eleitores perdem a confiança no processo. Há que pensarmos numa possível revisão da legislação eleitoral para nos aproximarmos aos patamares do gigante eleitoral que é a África do Sul.

Por último, a África do Sul conduziu o processo eleitoral com uma transparência invejável, com recurso ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação, facilitado pela pujança de infraestruturas físicas, electrónicas e recursos financeiros. Os painéis electrónicos gigantes montados no ROC central faziam a actualização dos resultados a cada 10 minutos, fazendo-se o mesmo na página web do IEC. Moçambique está longe de fazer algo próximo do que vimos na RSA, mas é de encorajar a CNE e o STAE para consolidar a iniciativa iniciada e interrompida no meio nas eleições autárquicas de 2018, para que os eleitores, os partidos concorrentes e todas as pessoas interessadas possam acompanhar os resultados. O benefício disto é que se evitam desconfiâncias e torna-se o processo mais transparente e credível.

NATIONAL RESULTS			
PARTY NAME	VOTES	PARTY NAME	VOTES
ASC	6 743	IFP	70 663
ATM	18 440	IRC	830
AASD	4 827	LAND	4 977
ANC	2 287,680	MF	938
AGANG SA	3 283	NFP	6 657
ALJAMA	8 973	NPA	350
ATA	4 007	NAPF	542
AZAPO	3 019	PAC	8 165
APC	4 212	PA	1 488
BRA	1 248	PRM	368
BLF	2 804	PAU	643
ZACP	3 481	SRWP	5 952
CPM	1 238	SAMEBA	397
CSA	1 197	SANCOTA	803
COPE	15 119	UDM	20 454
DA	1 080,152	VF PLUS	130 096
DLC	1 298	WF	1 566
ECOFORUM	1 090	ACDP	45 675
EFF	355 297	A.C.D	995
F4SD	1 614	ACM	1 055
FREE DEMS	674	ACO	1 811
FN	2 219	ADEC	1 757
GOOD	30 236	AIC	12 286
ICOSA	8 408	ARU	824

Valid Votes Cast: 4 166,525  
Last Updated: 2019-05-09 10:38:17

Aspecto visual do ROC central em Pretória



Av. Julius Nyerere, número 360  
1º Andar Esquerdo  
Maputo-Moçambique  
Telephone: +258 21 487096  
Website: [www.eisa.org.za](http://www.eisa.org.za)

As visões e opiniões expressas nos artigos aqui publicados são da responsabilidade dos respectivos autores, não reflectindo necessariamente as políticas oficiais ou o posicionamento do EISA (Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa – Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África), nem dos seus parceiros financeiros.

Parceiros financeiros do EISA em Moçambique:

